

REDES, CAMINHOS E FLUXOS NO RECÔNCAVO BAIANO SETECENTISTA

Adriano Bittencourt Andrade

Este artigo resulta da combinação entre o aprofundamento do estudo sobre centros urbanos históricos/tradicionais desenvolvido em disciplina cursada no PPGAU/UFBA e a necessidade de recuperação da contribuição de autores diversos sobre temática desenvolvida no doutorado em curso no mesmo instituto: “Caminhos, redes e formações urbanas no Recôncavo setecentista”. O objetivo que orientou as atividades foi exatamente a busca pelo estado da arte da história do Brasil colonial com dois focos escalares espaciais (a região do Recôncavo e o centro urbano da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira) e um recorte temporal (século XVIII). Acredita-se que o tema história das cidades guarda grande relevância, especialmente na abordagem da dinâmica sócio-espacial das formações urbanas coloniais brasileiras, não como fato isolado com destaque exclusivo na implantação, mas como entendimento do urbano como processo dinâmico movimentado pela ação de agentes diversos na produção do espaço. Ele tem absorvido os estudos de um número significativo de pesquisadores na contemporaneidade. No caso brasileiro as publicações dos três primeiros quartéis do século XX — Holanda, 1936; Deffontaines, 1938; Monbeig, 1941; Azevedo, 1956; Smith, 1958; Santos, 1968¹ dentre outros — tratavam, sob diversos enfoques (sociológico, geográfico, histórico, econômico, arquitetônico/urbanístico), das nucleações pregressas no ato da sua implantação e/ou como catalogações do pretense espaço urbano nacional. Só na segunda metade do mesmo século, trabalhos precursores como o de Reis Filho (1968) e outros mais desmistificaram a lógica preponderante nos estudos das cidades coloniais e inauguraram uma análise que enfoca a dinâmica territorial e, especialmente para as décadas de 1980 e 1990, os interesses e ações concretas na conformação do espaço urbano e no debate epistemológico sobre uma nova história do urbano e das cidades brasileiras²,

¹ As datas indicadas referem-se à primeira edição das respectivas publicações.

² Coletâneas como os livros organizados por Fernandes e Gomes (1992), Padilha (1998) e Pinheiro e Gomes (2005) revelam a preocupação de diversos autores distribuídos por vários institutos de pesquisa

demandando preocupações contemporâneas com a revelação de um passado pouco estudado e analisado, estimulando a busca documental de eventos que podem ser resgatados na pesquisa micro-histórica, como orienta Lepetit (2001) e que tendem a apresentar o espaço do presente sob outras perspectivas.

Para a apresentação do estado da arte sobre a história do urbano no Brasil colonial e, mais especificamente, sobre a constituição e dinâmica da rede urbana no Recôncavo baiano e o seu núcleo capital (a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira), fez-se a opção metodológica por fragmentar esta ampla temática em subseções mais específicas que permitam “cercar” o objeto de estudo à luz da contribuição de outros autores. Apesar do esforço empreendido, como toda revisão de literatura, este trabalho também é passível de omissões, procurou-se destacar os trabalhos publicados mais significativos para o entendimento de cada item sugerido, porém a recente ampliação de pesquisas sobre a história das cidades impossibilita o esgotamento do tema por autores, especialmente no tocante às dissertações e teses não publicadas. Ressalva-se ainda que há contribuição de autores que abordam questões teóricas pertinentes ao tema aqui sugerido e que não aparecem no texto que segue por não atender ao objetivo proposto.

1 O FATO URBANO NO BRASIL COLONIAL

Na análise precursora que faz sobre a implantação das cidades coloniais no Brasil, não obstante as críticas cabíveis com uma excessiva preocupação com o traçado urbano e com a morfologia na implantação das cidades, o historiador Sérgio Buarque de Holanda, no clássico livro *Raízes do Brasil*, apresenta elementos significativos para pensar o urbano no contexto colonial, a exemplo de uma clara diferença entre o rural e núcleos urbanos (HOLANDA, 1995, p.88), ao que Silva, Leão e Silva (1989, p.34-35 e 64), tratando do espaço baiano, aprofundam, informando que “as comunidades urbanas antecedem às rurais”, pois aquelas eram fundadas com o objetivo de organizar o povoamento do território além de “centralizar a administração através do controle das áreas sob suas jurisdições e secundariamente prover os serviços religiosos e jurídicos à população que se ruralizava”, o mesmo texto ainda

pelo Brasil e no exterior à luz de novas perspectivas para a história das cidades para além da ordem cronológica universal.

precisa que, devido à lógica comandada pela produção agro-exportadora, havia uma “intensa ruralização da população, sobretudo no Recôncavo”. Essas referências clarificam um contexto regional que determinava clara função produtiva no campo e administrativa, de defesa e religiosa nos aglomerados urbanos que se formavam. Em outros termos, possivelmente, o que Holanda (1995, p. 89) chamou de “ditadura dos domínios rurais”, se referindo ao controle das relações de poder e produção com os senhores de engenho, estando a própria construção das vilas, em larga escala, vinculada a estes agentes. Reis Filho (1968, p.184), não obstante as divergências com a análise de Sérgio B. de Holanda sobre as cidades coloniais, também revela esta dependência dos primeiros núcleos urbanos para com a produção rural quando afirma, em tom conclusivo, que “a rede urbana que se instala tem em vista exclusivamente o amparo às atividades da agricultura de exportação. Constitui parte daqueles serviços que devem ser fornecidos, para permitir o funcionamento do sistema”.

A concentração da produção no campo e a sua maior importância econômica para a Coroa parece inegável para o Brasil colonial, entretanto a idéia de “desleixo” na urbanização impetrada pelos colonizadores portugueses derivando daí uma excessiva espontaneidade no “brotar” e desenvolver das cidades, como induz a pensar Holanda (1995), faz parte de um mito histórico que parece, a partir da pesquisa histórica, com destaque a Nestor Goulart Reis Filho, ter sido desmitificado. Lançando o olhar sobre o Recôncavo é pouco provável que as principais nodalidades locais, no momento de maior produção de riqueza da Colônia, pudessem contar com o descaso da Coroa. Mesmo considerando que a sua implantação não seguiu a um traçado urbano racionalista³, nos padrões das cidades de mesmo período de colonização hispânica e mesmo das “Cidades Reais” do Brasil (ABREU, 2002, p.152), é plausível acreditar que as suas funções intra e interurbanas estivessem definidas segundo interesses da Coroa no domínio e usufruto daquela região.

³ Tavares (2001, p.155) afirma que as vilas do Recôncavo se originaram “da feira semanal armada em torno da primitiva capela do engenho” e/ou de povoados que se estruturavam nesses locais comercialmente estratégicos e, normalmente, associados ao domínio de um ou mais engenhos. Este parecer ratifica a idéia de que, no Recôncavo baiano, as formações urbanas coloniais, não obstante a sua importância, tiveram a sua origem distante de um traçado urbanístico planejado em estilo espanhol ou mesmo português.

Nesse sentido, apesar do mínimo controle com a fundação dos centros pequenos, confirma-se uma lógica política na formação das nucleações urbanas e que, no período colonial, havia um claro comando produtivo no campo sendo as vilas do entorno necessárias ocupações de cunho administrativo, defensivo e portuário, “praticamente desprovidos”, conforme Reis Filho (1968, p. 185) de “vida permanente”, especialmente no início da ocupação. Pessoa (1999, p.80) ratifica esse entendimento, acrescentando que, mesmo os pequenos centros urbanos, da região açucareira, das minas e os estratégicos à ocupação do território obedeciam a “uma série de regras funcionais que definem singularidades capazes de caracterizar os tecidos urbanos coloniais”. Ou seja, entendia-se a importância dessas nucleações para a ocupação e uso do território, entretanto isso não se transformava em norma urbanística, da mesma forma, o saber urbanístico português era um tanto mais “frouxo” quanto menor (em tamanho e/ou importância) a formação urbana. Havia uma aproximação paisagística muito mais por hábitos, métodos de construção e experiências na urbanização que pela determinância de um modelo. Essas heranças e procedimentos na produção do urbano revelam muitas similaridades nos núcleos urbanos coloniais, mas ainda carecem de estudos mais aprofundados nas pequenas formações urbanas/rurais das áreas produtoras agrícolas, como as do Recôncavo Baiano.

Ainda sobre a importância do fato urbano para a colonização do Brasil, Pessoa (1999, p.72), tratando dos principais processos de urbanização afirma que “ao longo do litoral do Nordeste e no Recôncavo Baiano, uma rede de pequenas vilas implantadas sobre colinas garantiam a segurança e o controle português sobre o importante território agrícola”. Entretanto, especificamente para o caso do Recôncavo baiano, não há consenso entre os pesquisadores sobre a dimensão do fenômeno urbano no início do referido século. Milton Santos, tratando da urbanização pretérita no Brasil argumenta que:

É a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve e “a casa da cidade orna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho, que só vai à sua propriedade rural no momento do corte e da moenda da cana” (R. Bastide, 1978, p.56). Mas foi necessário ainda mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje. (SANTOS, 2005a, p.21-22).

Abreu (2002, p.150) corrobora com esta idéia de uma urbanização setecentista quando afirma que diversos trabalhos tem comprovado “a existência, principalmente a partir do século XVIII, de uma extensa rede de abastecimento no mercado interno, comandada sobretudo pelos grandes comerciantes urbanos da colônia (os chamados ‘negociantes de grosso trato’). Como se vê, há uma relativa concordância com a existência e importância do fato urbano no século XVIII, porém não há uma revelação explícita da sua dimensão e localização. Nesse sentido Nestor Goulart Reis Filho procura precisar, ainda que tratando genericamente do território brasileiro, quando escreve que um processo de urbanismo e urbanização mais denso, genericamente, só se deu na segunda metade do século XVIII, período pombalino, com a criação, em maior escala, de uma população urbana permanente. Antes disso, é enfático quando afirma que

Não havia portanto condições para uma economia urbana. Vilas e cidades tinham papéis eminentemente administrativos. Não havia trocas urbano-rurais. Mas havia, inegavelmente, trocas entre a retaguarda rural, que era a Colônia, e os mercados urbanos europeus. Através das vilas e cidades, a Coroa exercia controle sobre o processo de colonização. [...] vilas e cidades eram um ponto de apoio e um meio de controle da colonização. Os núcleos urbanos antecederam ao campo. (REIS FILHO, 1998, p.489 e p.491).

Apesar da concordância com o autor, acredita-se que, em áreas mais densas, a exemplo do Recôncavo baiano, formações urbanas com mais de mil habitantes, além de edifícios suntuosos, não eram tão autônomas, dependiam de relações reticuladas com povoados, outras vilas e cidades e produziam, ainda que em pequena escala, uma vida e economia tipicamente urbana com a oferta de serviços além da administração e defesa do território. André Antonil, no alvorecer do século XVIII, confirma este entendimento da existência de um mercado urbano relatando que

Não somente a cidade, mas a maior parte dos moradores do recôncavo mais abundantes se sustentam nos dias não proibidos da carne do açougue, e da que se vende nas freguesias e vilas, e que comumente os negros, que são um número muito grande nas cidades vivem de fressuras, bofes e tripas, sangue e mais fato das reses, e que no sertão mais alto a carne e o leite é o ordinário mantimento de todos (ANTONIL, 1976, p.201).

Se para o início do século há controvérsias acerca da integração do fenômeno urbano na região do Recôncavo, para o final do mesmo século há

consenso em diversos escritos, a exemplo de Mattoso (2004), que sugere vida e dinâmica urbana conduzidas politicamente pelos Senhores de Engenhos que possuíam moradia dupla, e de Vilhena (1969), professor de língua grega em Salvador, escreve em 1802 as “Cartas a Filopono, crônicas do acontecer cotidiano, da sociedade e da economia da Bahia ao final do século XVIII”, um relato precioso que encerra os setecentos e sustenta uma dinâmica realidade urbana para o Recôncavo baiano, especialmente no Volume 1, Capítulo 5 (Agricultura) e no Volume 2, Capítulos 9, 12 e 13 (Justiça, Igreja e Recôncavo, respectivamente).

Confirmando a consolidação da importância e integração em rede de cidades e vilas no século XVIII, em artigo que faz revisão da literatura sobre as cidades coloniais brasileira, Fridman (2005), trata do fato urbano como instrumento decisivo na ocupação e uso do território e finaliza o seu texto afirmando que

Além de os engenhos e fazendas localizarem-se nos termos, até mesmo por questões práticas de defesa e de transporte, tanto cidade [SIC!] quanto campo se interpenetravam e se definiam como um único *locus* funcional, para atender aos interesses da metrópole. Os caminhos abertos entre as diversas unidades produtivas podem ser reveladores desse contínuo, e devem ser incluídos naquela reavaliação. A rede urbana brasileira do período pede um estudo para além da identificação dos sítios escolhidos para pontos nodais, articuladores das regiões, pois aquela continuidade requalificaria o entendimento do espaço colonial como sendo, por definição, urbano. (FRIDMAN, 2005, p.68).

Um estímulo à pesquisa sobre a constituição e dinâmica interna das redes urbanas para o período, temática que já foi abordada por outros autores conforme avaliação nos dois itens que seguem.

2 CAMINHOS ANTIGOS

Os caminhos antigos possibilitaram a ocupação e uso do interior do território, normalmente seguiam cursos fluviais, quando não era possível, desbravavam os sertões, segundo aceção de Amado (1995), implantando povoamentos que, em muitos casos, vieram a se consolidar em vilas e cidades posteriormente. Flexor (1989, p.5) chegou a sugerir que, “no Brasil, a ocupação do território foi feita por pedestres, pouco a pouco, passo a passo, tanto no litoral, quanto no sertão”. Esses caminhos antigos formaram a estrutura física

primeira da rede urbana que viria a se consolidar, conforme exposto, no século XVIII, assim repercutem diretamente no trabalho que pretende identificar caminhos, redes e fluxos no Recôncavo baiano setecentista.

Abreu (1930, Capítulo 4 – Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil) dá contribuição significativa com a indicação dos caminhos que levaram à ocupação e uso do território. Caminhos por onde se estruturaram as primeiras povoações e redes regulares do território brasileiro, entretanto, há uma priorização dos caminhos do gado, ainda que haja itens destinados às longínquas fronteiras amazônicas, do oeste e do sul. Em relação ao Recôncavo o autor faz diversas referências à centralidade de Cachoeira (terra dos Adorno) como limite marinho, ou limite do estuário do Paraguaçu. Percebe-se, porém que a observação na escala nacional não permitiu ao autor verificar com maior precisão caminhos consolidados em áreas mais densamente povoadas. As observações são de longos trechos, normalmente seguindo a fluxos fluviais ou retratando percursos imprecisos entre dois pontos (Bahia e Ceará, Maranhão ou Minas, por exemplo).

Também Mattoso (1992), que traz um recorte temporal pós-período colonial, faz uma boa configuração espacial no desembocar nos oitocentos, inclusive da dinâmica urbana na área açucareira ao final dos setecentos (MATTOSO, 1992, p.390). Entretanto, no destaque que dá às vias de comunicação fluviais, terrestres e marítimas (Capítulos 4 e 26), prioriza as características fisiográficas e, da mesma forma que Abreu (1960), a ampliação da escala não permite o foco na área mais densa do Recôncavo baiano e desta forma permanecem as lacunas de uma cartografia dos caminhos e da estruturação da rede naquela região.

Com foco no desenrolar da vida privada nos ermos caminhos interiores, Souza (1997) faz referências prioritárias às vias de ligação aos sertões, às minas e, como indica o título, às fronteiras e fortificações. Mais uma vez, pouco trata dos caminhos que ligavam regiões mais povoadas, como o Recôncavo baiano. A obra, entretanto, ratifica a presença de áreas mais urbanizadas como a várzea pernambucana e o Recôncavo; confirma a ocupação e desbravamento do território por pedestres e indica as vilas como nós da rede que integrava os caminhos coloniais.

O trato mais específico que é dado ao assunto, para a região do Recôncavo, é feito por Freire (1998) que apresenta uma história cronológica e oficial da ocupação e uso do território brasileiro e, não obstante esta limitação metodológica, o livro traz dados extraídos de fontes primárias e relatos de viajantes que detalham os agentes, as linhas de povoamento e os caminhos de desbravamento do território; caminhos que, no caso do Recôncavo, se consolidaram como estruturas fixas para as redes e formações urbanas que viriam a se estabelecer.

3 REDE URBANA

Sobre a temática “Rede Urbana”, pretende-se aqui recuperar a contribuição de pesquisadores que produziram trabalhos revelando esta marca espacial da interligação das formações urbanas no Brasil, e especificamente, no Recôncavo baiano do século XVIII.

É um tema atraente a vários autores de diversas áreas, o que se comprova com a referência à rede mesmo em trabalhos que não se dedicam exclusivamente à sua análise, a exemplo, de Neto (1971, p.4-5) que, fazendo abordagem sociológica do Recôncavo, afirma que “todas as estradas levavam à capital, mas pouco a pouco as vilas estabelecem vias de comunicação entre si. Mas tudo o que em toda a área se produzia, de grande, açúcar e fumo, jogava-se para o escoadouro metropolitano”, ainda que careça de fundamentação no texto, é uma afirmação que ratifica a preocupação com o estudo da rede. O geógrafo Moraes (2002, Capítulo 4 – Formação colonial e conquista de espaços) apresenta a idéia central do domínio territorial exercido pelo colonizador a partir de uma rede de lugares articulando a região colonial, área de produção, à metrópole em movimentos centrípetos e centrífugos, respectivamente. Também exprime a idéia de que o “espaço a conquistar aparece como eixo estruturador da vida social” (MORAES, 2002, p.94). Apesar da concordância da existência de um comando e direcionamento dos fluxos interiores para portos de controle e, em última escala para a metrópole, deve-se compreender que esta dominância não oblitera uma dinâmica interna (rede urbana) e outros fluxos externos, a exemplo do contato direto Bahia-Costa da Mina, especialmente no século XVIII quando as formações urbanas, ao menos no Recôncavo baiano, eram mais densas e próximas.

Corrêa (2006) aborda conceitualmente a 'rede urbana', abordando-a na sua formação dispersa e dentrítica do Brasil colonial e lembra da importância da dinâmica tempo-espacial aqui tratada quando assevera que "o tema rede urbana e oligarquias rurais parece ser de extrema relevância para se compreender a organização sócioespacial brasileira" (CORRÊA, 2006, p.33). Também relevando a importância do entendimento da rede urbana para o período colonial, Rosa (1998) apresenta uma síntese do pensamento português sobre o urbanismo histórico e, apesar de concentrar boa parte do seu texto tratando do traçado regular das cidades coloniais portuguesas, indica como orientação do seu trabalho vindouro o "sentido da compreensão dos contextos de fundação e desenvolvimento da rede urbana portuguesa enquanto todo civilizacional, esperando daí poder tirar conclusões para a compreensão dos resultados formais" (ROSA, 1998, p.512), o que se aproxima muito do esforço da temática aqui proposta com o foco no Recôncavo da Bahia.

Tratando da realidade mais empírica da realização e espacialização da Rede no contexto do Brasil, Deffontaines (2004) e Geiger (1963) tentaram avançar numa catalogação e integração de grupo de cidades em diferentes períodos de formação, entretanto, para o período colonial, os trabalhos mais significativos, ao que parece, são os de Araújo (1998) abordando a rede de cidades pombalinas que se formou no norte e centro-oeste do país e de Delson (1997) que amplia os esforços de Renata Malcher Araújo tratando das estratégias de conquista do território a partir das formações urbanas, notadamente da estruturação de uma rede de povoados, vilas e cidades. A autora faz foco na área mineira, no norte do Nordeste, no Centro-Oeste e Sul do Brasil. A sua análise remonta o período pombalino no terceiro quartel do século XVIII e traz forte traço da arquitetura na análise da forma das cidades e vilas fundadas. Apesar de não tratar do Recôncavo baiano, região já consolidada na ocupação de séculos anteriores, Delson demonstra à luz de iconografia e documentos diversos como que o fenômeno urbano se consolidou no Brasil setecentista.

Também abordando as repercussões espaciais das ações do Marquês de Pombal, Flexor (1989) trata especificamente do caso das capitânicas de Porto Seguro e São Paulo, faz uma contextualização do Brasil no século XVIII

e apresenta indícios da produção de uma rede urbana com núcleos planejados que “previa o tipo de povoamento aglomerado ou concentrado, ao contrário do que existia até então, disperso e disseminado” (FLEXOR, 1989, p.21). As diferenças entre as capitâneas estudadas e o Recôncavo baiano vão além da tipologia da rede, notadamente em relação ao povoamento e ocupação anterior, às relações consolidadas com índios e negros, ao destino, desde o início, do uso do solo com a produção para a exportação e, mesmo, à anterior consolidação do fato urbano nas vilas do final do século XVII e início do XVIII. Destaque à observação da autora, perceptível também na análise de documentos da época, sobre a intensa movimentação de pessoas, especialmente os que ocupavam cargos públicos, militares e/ou eclesiásticos, entre os pontos da rede, fenômeno também observado já ao final do século XVII e início do XVIII no Recôncavo. Em outro trabalho (FLEXOR, 2001), a autora anuncia a criação da rede urbana na Bahia do século XVIII, porém volta a trabalhar com o período pombalino e a criação (modernização/urbanização) de vilas e paróquias ao sul de Salvador. Como no trabalho anterior, não é considerada a rede consolidada do Recôncavo baiano que normalmente é tratado como uma unidade junto a Salvador, o que reforça a noção de integração e interdependência.

Tratando de forma mais específica da existência da Rede Urbana no Recôncavo baiano Araújo (2000) traça uma configuração, à luz de referências históricas e documentação, do sistema reticular hidroviário – flúvio-marítimo – dominante na articulação entre Salvador – principal porto de escoamento dos produtos de exportação – e a sua hinterlândia no Recôncavo baiano. Ainda que seja um trabalho fundamental para o esclarecimento desta rede prioritária de deslocamento e entrada pelos canais fluviais, falta referência aos caminhos internos, aos menos intensos fluxos que se davam por vias terrestres entre as vilas, geograficamente próximas, do mesmo Recôncavo. A centralidade de Santo Amaro, Cachoeira e Jaguaripe/Nazaré, por exemplo, se deu por conta da articulação entre estes dois sistemas: com a capital e principal porto de exportação e com o interior produtor, mas também consumidor de escravos e especiarias. É seguindo esta linha que Santos (1960) no livro “A rede urbana do Recôncavo” apresenta um texto referencial a ser aprofundado com o foco no século XVIII. O estudo de Santos se concentra na dinâmica da rede recente

e se resume às observações sustentadas em fontes secundárias, ainda assim há generalizações ou imprecisões em relação aos caminhos estabelecidos e à dinâmica interior dos principais núcleos de povoamento e, por exemplo, à uma centralidade de Nazaré em detrimento à Jaguaripe (fato ainda não comprovado pelos documentos). Também não há uma cartografia que sustente a rede no período colonial. Como o próprio autor indica em nota preliminar e como se vê na avaliação da bibliografia disponível, é uma tarefa a ser concluída.

4 RECÔNCAVO

A opulência do Recôncavo baiano no período colonial é destacado por diversos autores, dentre eles: Santos (1960), Azevedo (1982), Silva, Leão e Silva (1989), Jancsó (1996), Brandão (1997), Araújo (2000). A importância da região é revelada sob diversas nuances: (1) econômica, com produtividade intensa e altamente valorizada por mais de dois séculos para o mercado externo — especialmente com os derivados da lavoura canavieira e fumageira —, mas também para a subsistência dos núcleos locais e, destacadamente, de Salvador; (2) política, como rede flúvio-marítima e de articulação com a capital e interiorização para os sertões e minas da colônia, conforme orienta Amado (1995); (3) sócio-cultural, haja vista a especificidade de uma região com intenso uso da mão-de-obra escrava com longa duração e conseqüente predominância de negros descendentes formando a amálgama cultural que, se não é uniforme, é determinante no perfil para um imaginário local.

Trabalhos que tratam de Salvador também fazem referência ao Recôncavo, a exemplo de Azevedo (1969) informa sobre a dependência produtiva e alimentar daquela cidade em relação a este, o autor também traz importantes dados sobre a demografia histórica da cidade e região (AZEVEDO, 1969, p.180-200). Mattoso (1992, Capítulo 3 — “O Recôncavo”) também ratifica a importância do Recôncavo para a cidade da Bahia mas o texto que traz prioriza a configuração física deste.

O Recôncavo é citado em relatos e escritos diversos de tempos pretéritos que o confirmam como área produtora e abastecedora, visceralmente ligada ao porto e cidade de Salvador e, daí com toda a rede colonial portuguesa. Sousa (1987), em obra de grande valor histórico, revela a ocupação inicial (final do século XVI) do território brasileiro, especificamente da

Bahia e seu Recôncavo. O autor percebe que a ocupação era basicamente litorânea e as primeiras linhas de interiorização se davam pelos caminhos fluviais, entretanto, pouco ultrapassando o limite navegável, indica que no entorno da baía de Todos os Santos, possivelmente a área mais povoada ao lado de Pernambuco, havia 36 engenhos em funcionamento com comercialização de 120 mil arrobas açúcar ao ano além de 62 igrejas e três mosteiros em 16 freguesias, o que demonstra já o uso comercial da produção local, além da vasta área produtora que escoava diretamente para o porto de Salvador. As primeiras vilas (Jaguaripe e Cachoeira, 1697 e 1698, respectivamente) da região só iriam ser elevadas um século após o texto do autor, junto a povoados de antigos engenhos e igrejas conforme afirma Tavares (2001).

Antonil (1976), em relato do início do século XVIII (1711) sobre a estrutura sócio-econômica espacial do Brasil de então, já no primeiro volume, trata com riqueza de detalhes, dos elementos constitutivos, direta ou indiretamente, da economia e dinâmica do Recôncavo baiano: o açúcar, o tabaco, as minas de ouro e o gado. O autor estabelece uma criteriosa relação de custos do açúcar (p.141-143), e do tabaco – com referência ao porto de Cachoeira – (p.158), além de “traçar” caminhos com relativa precisão da cidade da Bahia para as minas (p.186-187) e das áreas de produção, deslocamento e consumo de gado e derivados dos sertões para as áreas povoadas do litoral, com destaque a Salvador e seu Recôncavo (p.199-201). Mais recentemente, Freire (1998), em vários trechos do seu livro, reconhece a centralidade de Cachoeira como “porta” para os sertões e minas, como vila estratégica de ocupação e contato com o território ermo.

Talvez a referência mais enfática à região, devido à sua centralidade para o período colonial como área produtora da cana-de-açúcar, esteja no estudo do americano Stuart B. Schwartz, quando escreve que:

Excetuando-se Iguape, na região de Cachoeira, São Francisco [do Conde], Santo Amaro e as paróquias em suas intermediações foram o coração do Recôncavo açucareiro e o berço da sociedade dos engenhos. [...] O Recôncavo conferiu a Salvador sua existência econômica e estimulou a colonização e o desenvolvimento do sertão; seus senhores de engenho dominaram a vida social e política da capitania por toda a sua história. Falar da Bahia era falar do Recôncavo, e este foi sempre sinônimo de engenhos, açúcar e escravos. [...] Por mais de três séculos, o ciclo da safra [da cana]

marcou o ritmo da vida no Recôncavo. (SCHWARTZ, 1988, p. 90, 94 e 120).

Uma confirmação da importância da região na estruturação da rede que permitiria a ocupação e uso do território colonial pela Coroa portuguesa. O entorno da baía de Todos os Santos compunha, com a cidade-capital na ponta da península, um conjunto integrado e interligado de povoados, vilas e cidade que possibilitaram o estabelecimento, por mais de dois séculos, de lavouras voltadas à exportação, de caminhos que permitiram a interiorização da colonização, mas também, de uma dinâmica rede interna onde circulavam mercadorias e pessoas.

5 O FOCO EM CACHOEIRA

Da fragmentação administrativa inicial em onze municípios originários do território que viria a se constituir o Estado da Bahia (SEI, 2003), surge o embrião da atual cidade de Cachoeira, desmembrada da capitania da “Bahia de Todos os Santos”. Inicialmente foi estabelecida como freguesia (recorte territorial eclesiástico) em 1674 e elevada, por ordem régia, a vila (Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira) em 1698, sendo emancipada a cidade em 1837 com o título de Heróica Cidade de Cachoeira, segundo registro no Plano Diretor Urbano (CACHOEIRA, 2003), o povoamento inicial teria acontecido a partir de 1559 com entradas que levaram à morte de índios e estabelecimento dos primeiros engenhos de açúcar na área. Apesar das controvérsias acerca de quais foram as primeiras edificações no local, Tavares (2001, p.155) é enfático quando precisa que a Vila de Cachoeira “originou-se do povoado à margem esquerda do rio Paraguaçu, em terras de Gaspar Rodrigues Adorno”, o autor ainda trata brevemente da centralidade futura que adquiriria aquele povoado quando escreve que “ganhou enorme importância no século XVIII, por causa de sua condição de centro comercial de uma região que incluía o rio Iguape e era passagem para vilas e povoados dos sertões do rio São Francisco”.

Ainda que haja dúvidas sobre os primeiros engenhos, parece-nos seguro que a escolha do sítio marcava o último ponto navegável contínuo à jusante do Rio Paraguaçu, tendo no obstáculo físico da “Cachoeira” de Pedra do Cavalo o limite topográfico que impunha outras formas de deslocamento (caminhos de

burros e, posteriormente, trilhos) fundamentais para a função central de núcleo articulador que viria a exercer o porto de Cachoeira, unindo os caminhos do sertão e das Minas, bem como a significativa produção canavieira e fumageira do entorno com o porto exportador de Salvador. Diferentemente das “Cidades Reais” a preocupação com a defesa se dava por conta de inimigos internos (índios), daí que não haja informações sobre fortificações militares no sítio urbano, no caso de Cachoeira há registro (ARNIZÁU, 1998, p. 33) de dois fortes (desde 1648!) na margem do rio Paraguaçu próxima à barra, ou seja, no acesso à rota comercial fluvial, o que denota a preocupação da Coroa com o sistema em rede que se estabelecia.

Acredita-se que determinante função comercial de Cachoeira obliterou as demais na produção das primeiras construções urbanas, estando, a maior parte delas, ligadas ao porto e aos caminhos que por onde seguiam os fluxos da/para a nucleação. A própria determinação do sítio, entre a serra do Timborá e o rio Paraguaçu, com a serra de Muritiba na margem direita, era uma decorrência da acessibilidade e destino comercial como também das outras possibilidades que a proximidade do rio permitia (abastecimento, tração, lazer etc). A preocupação defensiva e (visibilidade e proteção) não foi de todo esquecida, visto que a mancha matriz, engenho e capela de Nossa Senhora do Rosário (hoje capela d’Ajuda) foram implantados numa breve elevação junto ao rio, também uma necessidade para se resguardar das periódicas cheias do Paraguaçu. Feitas essas observações sobre a origem da formação urbana, ratifica-se que, para além do traçado original, interessa-nos pesquisar qual a dinâmica social e conseqüentes processos urbanos que se configuravam naquela estrutura urbana peculiar a uma pequena nucleação, mas de grande importância para a rede que se implantava. Sendo esse entendimento fundamental para alcançar o objetivo central de analisar a evolução urbana da cidade e região do Recôncavo.

Os trabalhos que tratam do Recôncavo baiano, normalmente fazem referência a sua principal centralidade interior: a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, conforme escrito alhures, esta formação urbana com ocupação que remonta o século XVI, emancipada a vila no século XVII, se localizava estrategicamente no último ponto navegável do rio Paraguaçu e dali estabelecia conexões com o restante do Recôncavo, com os

sertões e as minas. Esta posição nodal se materializou em formas urbanas que permanecem como heranças do passado suntuoso.

Alguns autores se detiveram mais precisamente no estudo desta vila colonial, dentre os quais, ressalta-se o inventário do patrimônio de Azevedo (1982) que se constitui num rico registro de 74 monumentos cadastrados para o Recôncavo, com destaque à Cachoeira, o que possibilita fazer, a partir dos dados referenciados para cada item, um mapeamento detalhado da ocupação da região à luz das formas que resistem. Também Filho (1973) recupera documentos históricos na compilação dos Termos de Arrematação de Obras da Cachoeira – 1758/1781 – certamente uma grande contribuição para o entendimento da dinâmica urbana da Vila de Cachoeira no meado dos setecentos. Através da leitura de Termos que demonstram a ação regular da Câmara, é possível identificar elementos do cotidiano e da própria conformação espacial desta centralidade do Recôncavo.

Acrescenta-se a esses, alguns trabalhos técnicos como o Plano de Desenvolvimento Urbano (CACHOEIRA, 2003), o Plano urbanístico de Cachoeira (BRASIL, 1976) e o relatório que trata da introdução ao estudo da evolução urbana de Cachoeira/BA, no seu volume primeiro, que aborda os séculos XVI ao XVIII (BRASIL, 1979) além de outros escritos independentes, como o de Arnizáu (1998), Rocha (2001) e Santos (2001) que, se fogem da formalidade acadêmica, relatam cronologicamente dados da evolução histórica e registros de memória sobre a referida formação urbana. São trabalhos a serem utilizados e aprofundados com busca pelo entendimento da dinâmica sócio-espacial que repercutia na participação de Cachoeira na rede urbana do Recôncavo.

6 AGENTES DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO COLONIAL

Para esta subseção tem-se como obra basilar o artigo de Vasconcelos (1997) que, com criterioso levantamento bibliográfico, faz um esforço de identificar, respeitando as peculiaridades do urbano para o período colonial, os agentes modeladores das cidades brasileiras. Faz-se entretanto duas ressalvas: primeiro a de que o autor aborda, conforme indica o título, a realidade das cidades, não considerando as nuances dos mesmos agentes na

ação em outras formações urbanas menores; segundo, a necessidade de nomear, segundo a realidade local, os agentes genéricos por ele perfilados.

Nesse sentido, de forma mais específica à realidade das formações urbanas do Recôncavo baiano setecentista, tentar-se-á adiante revisar a literatura no tocante a ação dos seguintes agentes de produção do espaço: a Coroa portuguesa e as suas ramificações como poder central, a Igreja, as ordens leigas, os senhores de engenhos, os comerciantes, os escravos urbanos e rurais, os militares e os roceiros, além da população urbana permanente que permanece imprecisa para aquelas povoações.

Em relação à ação da **Coroa portuguesa** na configuração urbana do Brasil colonial, poder-se-ia retomar a discussão sobre espontaneidade/regularidade da urbanização portuguesa, entretanto este tema já foi amplamente discutido em diversos trabalhos, a exemplo de Reis Filho (1968 e 2001), Santos (1968), Azevedo (1998) e Jucá (2007) com diferentes enfoques e escalas de abordagem. Desta forma, tem-se como interesse principal neste artigo recuperar uma ação mais focada da Coroa e suas ramificações, especificamente o papel das Câmaras municipais, nos núcleos da rede urbana do Recôncavo baiano, para isto as contribuições de Vasconcelos (1997) e Marx (1991 e 1999) são fundamentais para o entendimento da dinâmica urbana estabelecida/regulada por comunicações hierárquicas dentro do poder do Estado ou entre cidadãos e a Coroa.

No tocante à ação da **Igreja e Ordens Leigas**, acresce-se às contribuições de Vasconcelos (1997) e Marx (1991 e 1999) o clássico “Nosso chão: do sagrado ao profano” (MARX, 1989) e, mais próximo da realidade empírica do Recôncavo, mas tratando da cidade-capital no século XIX, a dissertação de Costa (1989) que apresenta dados primários sobre a ação dos beneditinos na expansão/regulação urbana de Salvador. Fridman (1998), apesar de trabalhar com a realidade do Rio de Janeiro, faz coro aos trabalhos de Murilo Max na identificação das estratégias de ação da Igreja como um fundamental agente de formação do espaço colonial brasileiro. No caso do Recôncavo, juntamente com os Engenhos (iniciativa pública/privada), a Igreja foi responsável pelo povoamento e disciplina no uso do solo. Em outro trabalho mais abrangente (FRIDMAN e RAMOS, 1992) a autora historiciza genericamente e esclarece como que regularmente a propriedade fundiária foi

distribuída e organizada pela elite colonial até a contemporaneidade. Mais uma vez enfatiza a participação da Igreja na posse e ocupação da terra.

Da mesma forma, Sá (2001), em capítulo de um livro que decorre de uma reunião entre pesquisadores brasileiros e portugueses com intuito de revisar a historiografia comum destes dois países, aborda a constituição e função social das Misericórdias na formação dos espaços urbanos no Brasil colonial. Apesar de genérico, a autora identifica um dos importantes agentes na estruturação do espaço social de vilas e cidades, também atuante em Cachoeira e outras formações do Recôncavo baiano.

Com foco em Cachoeira, Ott (1978), trata de um evento puntiforme — a fundação e sucessivas obras de ampliação e embelezamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira — que revela, à luz de documentos primários, a combinação de agentes privados (proprietário fundiário e senhor de engenho), Estado (Coroa e Governo Geral) e religiosos na ocupação/povoamento e uso da colônia, especialmente na densa área do Recôncavo.

Os **senhores de engenhos** são contemplados em várias obras dado à sua condição central na estruturação do espaço da opulenta lavoura canavieira no Brasil colonial, dentre estes trabalhos, perfilam-se o de Ferlini (2003) que traz em “Terra, trabalho e poder” uma minuciosa análise da estrutura física ao funcionamento e relações sociais que envolvia os Engenhos de açúcar no período colonial. A principal contribuição é o entendimento de que estes empreendimentos privados foram precursores no povoamento e uso do território, especificamente, no caso do Recôncavo. A autora estabelece diversos diálogos com Schwartz (1988) para formular gráficos e análises quando escreve sobre as conjunturas coloniais e economia açucareira.

Azevedo (1990) que com o livro “Arquitetura do Açúcar” aborda temática que se aproxima têmporo-espacialmente do foco do estudo aqui proposto, entretanto revela muito mais uma importante configuração e dinâmica do interior dos engenhos do açúcar do que a entendimento mais amplo da região ou dos “contatos” entre estes engenhos e áreas consumidoras-produtoras, permanecendo como uma lacuna à pesquisa. A autora é enfática quando trata da importância desses agentes, informando que

A grande propriedade açucareira escravista fundamentou durante três séculos a exploração colonial do Brasil. Forma adequada aos interesses da Coroa Portuguesa, podia satisfazer às necessidades fiscais do Reino, ordenar-se à dinâmica mercantil e garantir a ocupação e defesa do território. (AZEVEDO, 1990, p.345).

Ott (1996), em livro de dois volumes — “Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos 1536-1888” —, fruto de extensa pesquisa documental, revela com minúcias a ação dos Senhores de Engenhos e sua articulação com Igreja e Corte para a ocupação e uso das terras do Recôncavo baiano. Contribuição inestimável a ser cartografada e analisada em conjunto com o entendimento da ação dos demais agentes na configuração urbana dos núcleos de povoamento, mas também na estruturação da rede que se formou.

A ação dos **comerciantes** certamente ficará mais precisa na subseção que segue quando aparece a revisão da literatura sobre o mercado e a produção do Recôncavo baiano, entretanto ratifica-se aqui a importância deste agente, prioritariamente urbano, como articulador fundamental da rede que se estabeleceu. Lastreada em documentos primários, Nascimento (1977) dá um papel central ao comerciante como agente de colonização da Bahia. Neste trabalho há a confirmação de trocas no interior da colônia através de uma rede de formações urbanas, ainda não estudada. Destaque à tabela de carregações da Bahia ao final da obra, onde há a configuração do fluxo, neste caso de uma rede internacional, também articulada com a rede do Recôncavo através do fornecimento de mercadorias e consumo de produção para exportação, especialmente açúcar, fumo, cachaça e farinha de mandioca.

Alguns trabalhos são emblemáticos ao tratar a vida dos **escravos** no Brasil, a exemplo de Mattoso, (1988), mais geral no tempo e no espaço e Costa, (1989), mais específico da realidade de Salvador do século XIX, entretanto, não se tem explícito como se dava a relação entre escravos e espaço urbano/rural no Recôncavo Colonial. Onde ficavam e como viviam os negros urbanos? Como se sustentava a escravidão em dominâncias rurais com maioria absoluta de negros? Como que os fluxos de negros escravos impactaram concretamente na realidade urbana das principais formações urbanas do Recôncavo? Essas e outras questões ainda carecem de respostas e novas contribuições, por vezes polêmicas, continuam a ser apresentadas, como a de Schwartz (1998, p.121) que afirma que “a escravidão na grande

lavoura mostrou-se menos rígida do que seus estudiosos muitas vezes a descreveram”.

Em todo caso existem algumas obras que tratam do escravo com agente social de produção do espaço e que são amplamente referenciadas em vários estudos, como o livro de Verger (2002), Schwartz (1988 e 2001) e Neves (2002), entretanto, assim como os anteriores, nenhum deles retrata a vida dos escravos nas pequenas vilas em regiões de densa produção rural (açúcar e fumo, no caso do Recôncavo), priorizando a análise do escravo rural – do labor na lavoura, dos engenhos e das atividades domésticas – ou do escravo urbano com foco nas maiores cidades.

Gomes (1990), no pequeno artigo “Escravidão e cidade”, ainda que trate da realidade urbana de Salvador no século XIX, pontua diferenças significativas entre o escravismo urbano e rural e ainda dá pistas sobre as estratégias de produção do espaço por escravos e ex-escravos no meio urbano. Da mesma forma, serve como orientação metodológica o escrito de Costa (1998) em artigo que aborda as nuances do trabalho e vida do escravo na cidade de Salvador. A indicação de uma diferenciação em relação à organização do trabalho no mundo rural reforça a questão sobre como se dava esta relação nas pequenas vilas do Recôncavo organizadas em função da produção para a exportação e da articulação portuária com Salvador. O trabalho da autora além de ser uma orientação para este tipo de pesquisa reforça lacuna a ler compreendida sobre os escravos como agentes de produção do espaço urbano.

Um terceiro trabalho nesta mesma linha é o de Vasconcelos (1992) que, também centrado na Salvador do século XIX, trata de forma didática das especificidades do trabalho do negro escravo e liberto no meio urbano. Uma catalogação criteriosa que pode ajudar e ser enriquecida na identificação das ocupações destes agentes nas formações urbanas menores do Recôncavo. Acrescente-se a esta obra o recente artigo sobre segregação espacial (VASCONCELOS, 2004) onde o autor faz uma ampla revisão sobre o tema e desmistifica o uso abusivo do termo para a realidade brasileira onde, segundo o autor, especialmente no meio urbano, houve muito mais espaços de exclusão que de segregação.

Os **militares**, que formavam um corpo efetivo de população urbana, assim como os funcionários públicos e os comerciantes, são pouco indicados nos

estudos sobre as cidades coloniais, no caso específico do Recôncavo, conforme mencionado alhures, a preocupação com a defesa, explicitamente, se realizou em obras militares pouco suntuosas na desembocadura dos rios, principais canais de acesso ao interior do território, clara exceção à cidade de Salvador. Por outro lado, havia na região tropas regulares que caracterizavam a ordem pública e que servem de pistas para a dinâmica urbana que se reproduzia, notadamente no século XVIII. Reis Filho (1998, p.493) corrobora com este entendimento quando, caracterizando a urbanização e decorrentes movimentos sociais que teriam se dado na segunda metade dos setecentos, afirma que “foram transferidas tropas regulares portuguesas para as principais vilas e cidades e reforçados os quadros administrativos. Criava-se assim pela primeira vez uma infra-estrutura urbana, em escala até então inexistente”.

Vilhena dá notícias, ao final do século XVIII, da existência de capitão-mor das ordenanças e milícias nas principais vilas do Recôncavo baiano. Relata a existência para a defesa e ordem da região de duas fortificações (uma em Itaparica outra na foz do Paraguaçu), uma companhia de artilheiros, muitas companhias de ordenanças, um regimento de cavalaria auxiliar, um terço de infantaria auxiliar, um regimento de milícias. O autor não mapeia ou precisa a localização exata destas forças, apenas a área de atuação, também imprecisa é a indicação de “muitas” companhias.

Sobre os **roceiros e pequenos produtores**, destaca-se o livro “Escravos, roceiros e rebeldes” de Schwartz (2001) onde o autor se aproxima de uma realidade regional e dá indícios de uma rede de abastecimento do Recôncavo formada por pequenos proprietários, ex-escravos e escravos rebeldes, denominada de “brecha camponesa” – lacuna na sociedade escravocrata colonial pouco estudada pelos historiadores, porém fundamental para a subsistência do sistema: “O setor rural fornecia a base de abastecimento que permitia a expansão da agricultura escravocrata de exportação e o crescimento dos centros urbanos” (SCHWARTZ, 2001, p.138-139). Uma das “chaves” para o entendimento de articulação entre as áreas consumidoras (povoamentos e vilas) do Recôncavo baiano, para além da rede hierárquica do império português da qual a região também fazia parte. É possível verificar também o papel destes agentes fundamentais na estruturação de feiras livres nos povoamentos da região com a observação dos estudos sobre tabaco e farinha

de mandioca, normalmente empreitados por pequenos proprietários e com um número mais reduzido de mão-de-obra, especialmente se comparados com a lavoura canavieira.

7 FLUXOS — A PRODUÇÃO E O MERCADO

Conforme sugerido no texto acima, o entendimento dos fluxos que circulavam pela rede possibilita esclarecer a própria idéia dos fixos que se estabeleceram para viabilizar produção, deslocamento e consumo. Assim, resgata-se aqui a função do produtor, do comerciante e do consumidor na estruturação dos espaços da rede urbana do Recôncavo setecentista.

De uma forma geral, há trabalhos de fôlego sobre a produção açucareira e fumageira, entretanto, até onde se tem conhecimento, não foram encontrados escritos que revelem a dinâmica da subsistência e mesmo, apesar das recorrentes referências, da estruturação de feiras livres para as vilas coloniais da região.

Sobre a lavoura canavieira, merece destaque o livro de Schwartz (1988) onde se desvela a sociedade açucareira do período colonial com grande destaque aos Engenhos (do Recôncavo) baianos. O autor apresenta análises à luz de farta documentação, mas com carência de imagens e cartografia para a época, exceto pelo cartograma (SCHWARTZ, 1988, p.344) que mostra a propriedade da terra ao longo do rio Jacuípe. O livro trata da lógica econômica que sustentou por três séculos a sociedade brasileira, especificamente a baiana, e também aprofunda o foco na dinâmica interna dos engenhos e na vida dos escravos, entretanto, pouco trata do Recôncavo como região, não apresentando, nesta importante obra, os caminhos internos e as articulações entre área produtora e vilas. Formula-se com esta e outras obras, um consenso de uma centralidade macrocefálica de Salvador em detrimento às vilas e demais formações urbanas do Recôncavo. Schwartz trata em diversas passagens do texto da venda do excedente nos “mercados locais”, além do desenvolvimento de outras atividades, nos breves momentos de folga dos escravos, que se davam em meio urbano, a exemplo do associativismo em Irmandades. O autor sustenta que, devido à priorização das terras para a cultura de exportação, o abastecimento, notadamente de farinha de mandioca, para Salvador e Recôncavo era feito pelo Recôncavo Sul, com destaque para

Maragogipe, Jaguaripe e Cairú. Schwartz abre a lacuna para a temática que aqui se apresenta quando afirma que

a criação de um mercado de abastecimento em consequência do crescimento induzido pela exportação suscita sérias questões sobre a natureza isolada da economia agrícola e deve levar a um exame mais profundo das ligações internas dentro da economia colonial. (SCHWARTZ, 1988, p.169).

Azevedo (1990), no capítulo “Economia açucareira” faz esforço para recuperar o entendimento sobre a dinâmica da lavoura canavieira no período colonial que pode ser utilizado para uma periodização. Na conclusão a autora tenta responder por que nos períodos de maior depressão da lavoura açucareira acontecem os grandes beneficiamentos arquitetônicos nos engenhos do recôncavo, indicando o caminho de outras economias que “conviviam” com a cana, a exemplo do fumo, da mandioca e das funções comerciais-urbanas de Cachoeira que tinha nos Senhores de Engenhos os seus agentes principais.

Com foco na produção fumageira, Nardi (1996), juntamente com o trabalho de Verger (2002) e os relatos de Antonil (1976) e Vilhena (1969), traça um perfil bastante preciso da importância, espacialização e fluxos relacionados à lavoura do tabaco no Recôncavo baiano. O autor ratifica “os campos de Cachoeira” como a área de maior e melhor produção fumageira do Brasil colonial, apresenta uma periodização a partir da lógica comercial do fumo brasileiro e, apoiado no Arquivo Municipal de Cachoeira, constrói uma tabela (NARDI, 1996, p.37) com a distribuição de fazendas de fumo por freguesias. O livro apresenta um rico cenário global entretanto não aprofunda a análise na dinâmica espacial local, permanecendo como uma lacuna questões sobre a articulação dos produtores com os portos exportadores, abastecimento e trocas entre áreas de produção e vilas do entorno, por exemplo.

Verger (2002) apresenta uma importante obra para o entendimento da sociedade colonial quando faz um extenso estudo sobre o período escravocrata com foco nas relações estabelecidas na Bahia. Este trabalho interessa especialmente para o estudo aqui proposto por apresentar escritos sobre o tabaco, sobre a configuração da Bahia no século XVIII e início do século XIX, além do foco central da obra: as relações entre negros, inicialmente escravos, e a sociedade urbana/rural baiana. Verger indica centralidade da

produção do tabaco (notadamente o fumo de terceira categoria – o refugo ou soca) nos campos de Cachoeira para o lucrativo tráfico de escravos com a Costa da Mina, caracterizando uma articulação global (dentro da lógica do Império Português) do Recôncavo baiano, ainda que à luz de uma produção rural.

Escrevendo sobre a produção para o abastecimento e subsistência da cidade de Salvador e sua região, especificamente sobre a produção da farinha de mandioca, Sousa (2001) tenta ocupar a lacuna de um estudo mais aprofundado como os feitos para o açúcar (Schwartz, 1988) e fumo (Nardi, 1996). A autora trata de estratégias do poder local (Câmara de Salvador) para viabilizar o contínuo abastecimento de farinha, carne e sal. Além da identificação de normas reguladoras e das áreas de produção, há uma clara indicação de caminhos internos para o escoamento da produção, às vezes distante dos mercados portuários, entretanto, não é indicado no estudo, mesmo por não ser o objetivo principal, a necessidade de abastecimento das vilas e engenhos do Recôncavo, nem sempre autônomas (ver Schwartz, 2001) dado à prevalência da produção de cana e tabaco.

Também Mattoso (2004), com um recorte temporal no século XIX, trata da produção e mercado na Bahia com análise de dados que recuam até 1750, merece destaque as tabelas e gráficos com oscilação de preços e produtos vendidos no porto de Salvador ao final do século XVIII e o texto do capítulo “Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549-1763)” onde a autora ratifica as lacunas de conhecimento sobre a Bahia e o Recôncavo colonial. Um reforço à necessidade de estudos sobre a rede urbana já estruturada neste período.

8 CARTOGRAFIA E ICONOGRAFIA

Há a necessidade de recorrer ainda a pesquisa documental para avaliar a cartografia e iconografia disponível sobre o Recôncavo baiano setecentista. Relaciona-se abaixo a pequena disponibilidade de imagens da região no período colonial já publicadas e, principalmente, sugestões ou lacunas de cartografia a ser produzida na tentativa de interpretar a rede urbana e a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira no século XVIII.

Não há como tratar da cartografia do Brasil colonial sem referenciar o trabalho de Reis Filho (2001). Um denso catálogo de vilas e cidades que, entretanto, trazem apenas uma imagem de Cachoeira (com grande povoamento na segunda metade do referido século, 1792) e outra da vila de Jaguaripe em 1705. Este trabalho pode ser enriquecido com os cartogramas dispostos em relatórios técnicos que retratam a evolução urbana de Cachoeira, a exemplo de Brasil (1976) e do Plano Diretor da cidade que possui capítulo específico de recuperação histórica com uso de cartogramas e imagens do período colonial (CACHOEIRA, 2003)

Em Vilhena (1969), ainda que não se alcance todo o Recôncavo, mas apenas as áreas imediatamente próximas à baía, há uma cartografia rica em detalhes que pode ser aproveitada e aprofundada.

Gomes (1990), retratando a vida dos escravos urbanos dá pistas sobre a sua localização na cidade de Salvador para o século XIX, pensa-se que possivelmente nas pequenas vilas do Recôncavo setecentista seja possível observar outras nuances locais e um caminho para o entendimento da repercussão desta ocupação no espaço urbano seria o mapeamento dos Terreiros de Cachoeira.

Outra sugestão preciosa é a de Fridman e Ramos (1992) e Fridman (1998) na identificação da espacialização da Igreja e das Ordens Leigas. A ação deste agente religioso talvez possa ser identificada com a cartografia da posse fundiária das Ordens em Cachoeira.

Em Pedreira (1981) também há pistas para uma cartografia inédita pois, para além do interesse acerca da dinâmica física da bacia do Paraguaçu, este livro apresenta dados sobre a ocupação do território, navegabilidade e fluxos no baixo curso e, principalmente, doação de sesmarias e construção de engenhos na sua margem, o que possibilita, adiante, a produção de uma cartografia a exemplo do que Schwartz (1988, p.344) fez para o Rio Jacuípe.

Azevedo (1990) apresenta uma de cartografia dos engenhos (formas resistentes) para cada século do período colonial, entretanto não é completa para a realidade da época visto que trabalha com resquícios, as marcas concretas, dos engenhos que resistiram até a pesquisa.

Azevedo (1982) também traz dois mapas do Recôncavo que possuem múltiplas informações com destaque, para o nosso caso, às estradas

secundárias e localização precisa dos sítios. Casados com a rede hidrográfica e o desenho topográfico da região pode-se produzir uma excelente cartografia de síntese sobre os caminhos internos da rede do Recôncavo colonial.

Conforme visto acima, a ação dos Senhores de Engenho na ocupação e povoamento do Recôncavo pode ser cartografado, certamente a combinação do livro de Ott (1996) que traz uma ilustração empírica e local do discurso feito por Ferlini (2003), com o trabalho de Azevedo (1982) e Azevedo (1990) possibilita fazer uma inédita cartografia de síntese dos engenhos para o período colonial. Este estudo combinado pode resultar em pistas fundamentais para o entendimento dos caminhos e fluxos entre os pontos de povoamento da região.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta revisão da literatura sobre o Recôncavo, sua rede urbana no século XVIII e a nucleação de Cachoeira, percebe-se que a análise da produção das principais formações urbanas da região, com avaliação da dinâmica sócio-espacial pode possibilitar a própria revisão da urbanização brasileira em centros menores e talvez estabelecer novas “leituras” para a própria compreensão de uma outra história urbana sob novas temporalidades e enfoques ainda não abordados.

Ratifica-se que, não obstante a concordância com Reis Filho (1968) sobre a existência de uma política urbanizadora portuguesa para a Colônia, é relevante notar que as similaridades regionais (ocupação pretérita, sítio, inserção produtiva na lógica colonizadora, acessibilidade) produziram dinâmicas próprias na evolução das formações urbanas do Brasil colonial, especialmente nos centros menores das diversas regiões brasileiras. Os agentes atuantes e os interesses e formas de produção do espaço atendiam às dominâncias regionais, assim, acredita-se que a produção urbana do Recôncavo baiano, conforme argumentação já apresentada nesse texto, indica uma caracterização regional própria da dinâmica ali estabelecida no período colonial e, até por isso, uma peculiaridade na formação urbanística brasileira que merece um olhar crítico e aprofundado.

O escrito aqui posto se apresenta como uma contribuição de relevância acadêmica visto que renova o olhar sobre os trabalhos que direta ou

indiretamente trataram da mais povoada região do Estado da Bahia, de ocupação contínua mais antiga do Brasil e por onde se estruturou, por três séculos, lavouras que abasteceram e sustentaram economicamente a capital colonial. Ressalva-se que se trata de uma fase de um estudo que tende a ser aprofundado tanto no nível intra-urbano como na escala da rede.

O trabalho aqui apresentado está lastreado em fontes secundárias e desta forma carecem de uma pesquisa específica nas fontes primárias de forma a enriquecer as contribuições existentes a partir do entendimento das estruturas pretéritas “contidas” nos documentos da época. Mais uma vez, certifica-se que as formas urbanas que possuem relativa inércia espacial são elementos fundamentais para o estudo de centros históricos e articulação em redes urbanas, entretanto, especialmente para o caso do Recôncavo, o suntuoso passado colonial guarda proporcionalmente, conforme apresenta Azevedo (1982), poucas formas antigas, muitas delas em estado avançado de depredação e outras refuncionalizadas, nesse sentido, ganha em importância a necessidade de recorrer a outros instrumentos (documentos, iconografia, etc) para analisar a dinâmica pretérita da região. Um desafio a ser empreendido em favor do entendimento da própria urbanização brasileira.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/Briguiet, 1930.

ABREU, Maurício de A. Pensando a cidade no Brasil do Passado. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C. & CORRÊA, R. L. (orgs.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.145-184.

AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 8, n.15, 1995, p.145-151.

ANTONIL, André João [João Antônio ANDREONI]. **Cultura e Opulência do Brasil**, por suas drogas e minas. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976. Texto confrontado com o da edição de 1711.

ARAÚJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII**. Belém, Macapá e Mazagão. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998.

ARAÚJO, Ubiratan C. de. A baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. In: **Revista Bahia Análise e Dados**. Vol. 9, nº. 4. Salvador: SEI, março/2000, p. 10-23.

ARNIZÁU, José de A. e. **Memória topográfica**, histórica, comercial e política da Vila da Cachoeira da Província da Bahia. Salvador: Fundação Maria América da Cruz / Instituto Histórico e Geográfico da Bahia / Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1998.

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidade do Brasil colonial**; ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, Boletim nº. 208, 1956.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Arquitetura do Açúcar**. São Paulo: Nobel, 1990.

AZEVEDO, Paulo Ormino David de (Coord.). **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia**. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo da Bahia, 1978/1982. Versão em CD-ROM.

AZEVEDO, Paulo Ormino David de. Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira — origens. In: CARITA, Helder & ARAÚJO, Renata (coord.). **Coletânea de estudos**. Universo urbanístico português 1415 – 1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 39-71.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da Cidade de Salvador**. 3ª ed. Salvador: Itapuã, 1969.

BRANDÃO, Maria de A. Propriedade e uso da terra na periferia norte do Recôncavo açucareiro; aspectos de história recente. In: **Revista Planejamento**. Volume IV, nº. 01. Salvador: SEPLANTEC/CPE, Jan./Mar. 1976, p. 5-28.

BRANDÃO, Maria de A. (org.) **Recôncavo da Bahia**. Sociedade e economia em transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia / Universidade Federal da Bahia, 1997.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Introdução ao estudo da evolução urbana** (Plano urbanístico de Cachoeira). Convênio IPHAN-UFBA. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia, 1976.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Introdução ao estudo da evolução urbana de Cachoeira-Ba**. Cachoeira nos séculos XVI a XVIII. Convênio IPHAN-UFBA. v.1. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia, 1979.

CACHOEIRA. **Plano Diretor Urbano com abrangência municipal**. 8 volumes. PCL Projetos e Consultoria Ltda. Cachoeira, 2003, impresso.

CORRÊA, Roberto L. Redes Geográficas – 5 pontos para discussão. In: VASCONCELOS, P. de A.; SILVA, S. B. de M. (org.) **Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira**. Salvador: UFBA/Mestrado em Geografia, 1999, p.65-70.

CORRÊA, Roberto L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Ana de L. Ribeiro da. **EKABÓ!** Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX. Dissertação de Mestrado, FAUFBA, 1989.

COSTA, Ana de Lourdes R. da. Espaços negros em Salvador no século XIX. In: PADILHA, Nino (org.). **Cidade e Urbanismo**: história, teorias e práticas. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/FAUFBA, 1998, p. 138-150.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. In: **Revista Cidades**. Textos Clássicos. Vol. 1, nº. 1. Presidente Prudente: Grupo de estudos urbanos, 2004, p. 119-146.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil - Colônia**: planejamento espacial e social no Século XVIII. Trad. Ver. Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Coleção História. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de F. (orgs.). **Cidade & História**. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

FILHO, Américo Simas (Org.). **Termos de Arrematação de Obras da Cachoeira – 1758/1781**. Estudos Baianos. n. 08. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1973.

FLEXOR, Maria Helena. **Os núcleos urbanos planejados do século XVIII**: Porto Seguro e São Paulo. n.135. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1989.

FLEXOR, Maria Helena. Bahia – criação de rede urbana no século XVIII. In: **Anais do 4º Congresso de História da Bahia**. 27 de setembro a 1º de outubro de 1999. v.2. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001, p. 567-584.

FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brazil**. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Ed. fac-similar. v.1. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

FRIDMAN, Fania. A propriedade santa: o patrimônio territorial da Ordem de São Bento na Cidade do Rio de Janeiro. In: PADILHA, Nino (org.). **Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas**. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/FAUFBA, 1998, p. 113-137.

FRIDMAN, Fania. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. In: PINHEIRO, Eloísa P. & GOMES, Marco Aurélio A. de F. (orgs.) **A cidade como história**. Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA/PPG-AU/FAUFBA, 2005, p. 43-72.

FRIDMAN, Fania & RAMOS, Carlos Alexandre. A história da propriedade da terra no Brasil. In: FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de F. (orgs.). **Cidade & História**. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992, p. 187-196.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais / Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos / Ministério da Educação e Cultura, 1963.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Escravismo e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de Salvador no século XIX. In: **Revista de Arquitetura e Urbanismo**. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Faculdade de Arquitetura / Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, v. 3, n.4/5, 1990, p.9-19.

HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANCSÓ, István. **Na Bahia, contra o Império**. História do ensaio de sedição de 1798. São Paulo / Salvador: Hucitec / Edufba, 1996.

JUCÁ, Clóvis Ramiro. **A urbanização do Ceará Setecentista**. As vilas de N. Sra. Da Expectação do Içó e Santa Cruz do Aracati. Dissertação de Mestrado, FAUFBA, 2007.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia Século XIX: Uma Província no Império**. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Da revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora**. Salvador: Corrupio, 2004.

MAX, Murilo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: EDUSP, 1989.

MAX, Murilo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Nobel / EDUSP, 1991.

MAX, Murilo. **Cidade no Brasil, em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. In: **Revista Cidades**. Textos Clássicos. v. 1, n. 2. Presidente Prudente: Grupo de estudos urbanos, 2004, p.277-314.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **“Letras de Risco” e “Carregações” no comércio colonial da Bahia 1660-1730**. n.78. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1977.

NETO, Zahidé Machado. **Quadro sociológico da “civilização” do Recôncavo**. Nº.71. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1971.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. **Documentos sobre a escravidão no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

OTT, Carlos. **História da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira**. n.82. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1978.

OTT, Carlos. **O povoamento do recôncavo baiano pelos engenhos 1536-1888**. Salvador: Bigraf, 1996, v. 1.

PADILHA, Nino (org.). **Cidade e Urbanismo**: história, teorias e práticas. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/FAUFBA, 1998.

PEDRÃO, Fernando C. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, M. de A. (org.) **Recôncavo da Bahia**. Sociedade e economia em transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia / Universidade Federal da Bahia, 1997, p. 217-239.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **O rio Paraguaçu e a sua navegação**. n.91. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1981.

PESSÔA, José. **Em tudo semelhante, em nada parecido**. Modelos e modos de urbanização na América Portuguesa. Revista Oceanos. Lisboa: Comissão Nacional dos descobrimentos, 1999, p. 71-81.

PINHEIRO, Eloísa P. & GOMES, Marco Aurélio A. de F. (orgs.) **A cidade como história**. Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA/PPG-AU/FAUFBA, 2005.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil** (1500-1720). São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo no Brasil. Primeira parte: período colonial. In: CARITA, Helder & ARAÚJO, Renata (coord.). **Coletânea de estudos**. Universo urbanístico português 1415 – 1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 483-506.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

ROCHA, Nádía Maria Dourado. **Cachoeira e Cachoeiranos**: uma bibliografia. São Francisco do Paraguaçu – Cachoeira/BA: Centro Cultural João Antônio de Santana, 2001.

ROSA, Walter. O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas. In: CARITA, Helder & ARAÚJO, Renata (coord.). **Coletânea de estudos**. Universo urbanístico português 1415 – 1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 507-536.

SÁ, Isabel dos Guimarães. A história religiosa em Portugal e no Brasil: algumas perspectivas (séculos XVI-XVIII). In: ARRUDA, José Jobson & FONSECA, Luís Adão da (orgs.). **Brasil – Portugal**: História, agenda para o milênio. Bauru/SP: EDUSC; São Paulo: FAPESP; Portugal: ICCTI, 2001, Cap. 2.

SANTOS, Jadson Luiz dos. **Cachoeira**: Três séculos de história e tradição. Salvador: Contraste Editora Gráfica, 2001.

SANTOS, Milton. **A Rede Urbana do Recôncavo**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia e Universidade Federal da Bahia, 1960.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Paulo F. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Coimbra: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros, 1968.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia**: Um breve histórico. Salvador: SEI, 2003, CD Room.

SILVA, S. B. de M. e; SOTO, F. A. & SOUZA, A. C. M de. **Levantamento bibliográfico sobre o Recôncavo Baiano**. Salvador: UFBA/Mestrado em Geografia, 1997, impresso.

SMITH, Robert C. **Urbanismo colonial no Brasil**. Bem Estar (1), fev-mar, 1958.

SOUZA, Avanete Pereira. O pão nosso nas normas de cada dia: o poder local e abastecimento (Salvador – século XVIII). In: **Anais do 4º Congresso de História da Bahia**. 27 de setembro a 1º de outubro de 1999. v.1. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001, p.499-512.

SOUZA, Gabriel Soares. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 5.ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília:INL, 1987.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 41-82.

TAVARES, Luís H. Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP / Salvador: EDUFBA, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. O trabalho irregular urbano: escravidão e República. In: FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de F. (orgs.). **Cidade & História**. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992, p. 247-256.

VASCONCELOS, P. de A. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C. & CORRÊA, R. L. (orgs.) **Explorações Geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 247-278.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. In: **Revista Cidades**. v. 1, n. 2. Presidente Prudente: Grupo de estudos urbanos, 2004, p.259-274.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX**. Trad. Tasso Gadzanis. 4ª ed. rev. Salvador: Corrupio, 2002.

VILHENA, Luis dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. v. 1. Salvador: Editora Itapuã, 1969.